



CICLO CARNAVALESCO 2019

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO DA EMPETUR

CONTRATO Nº /2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA QUE, ENTRE SI, FAZEM A EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS - EMPETUR E A EMPRESA XXXXX.

Pelo presente instrumento de Contrato de Prestação de Servicos de Apresentação Artistíca, de um lado a EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS -EMPETUR, com sede na Av. Prof. Andrade Bezerra, S/N, Salgadinho, Olinda/PE, inscrita no CNPJ nº 10.931.533/0001-40, representada neste ato pelo Vice-Presidente Executivo, o Sr. CIRO JOSÉ COUCEIRO PINTO, brasileiro, solteiro, empresário, CPF nº 012.088.654-55, RG nº 6.121.243 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Couto Magalhães, nº 559, apto: 1502, Rosarinho, Recife/PE, e pelo Diretor Administrativo Financeiro, o Sr. FELIPE CARVALHO GOMES DA SILVA, brasileiro, casado, funcionário público, RG nº 6.035.860 SSP/PE, CPF Nº 039.415.334-01, residente na Rua Real da Torre, 1448, apt. 501, Bairro da Torre, Recife/PE, doravante designada simplesmente CONTRATANTE e do outro lado a empresa XXXXX, CNPJ nº XXXXX, com sede na Rua XXXXX, nº XXX, CEP: XXXXX, Bairro XXXXX, XXXXX/PE, neste ato representada por XXXXX, brasileiro, solteiro, músico, portador da Carteira de Identidade nº XXXXX SSP/PE, CPF nº XXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXX, nº XXX, apt XXX, Bairro XXX, CEP: XXXXX, XXXXX/PE, de ora em diante designada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições adiante nomeadas, que, mutuamente, outorgam e estabelecem, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/16, Lei Estadual nº 14.104/2010 e demais normas pertinenentes, Resolução EMPETUR nº 04 e Regulamento de Compras da EMPETUR.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a realização da apresentação artística de **XXXXXX**, no **EVENTO XXXXX**, no dia **XXXXX**, no município de **XXXXX/PE**, em atendimento à solicitação contida na C.I nº XXXXX, expedida pela Superintendência da Política de Fomento, devidamente autorizada pelo Vice-Presidente Executivo, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

Pelo(s) serviço(s) de que trata a cláusula anterior, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância de **R\$ XXXXX (XXXXX reais)**, após a execução do objeto deste Contrato, a ser





creditada no Banco XXXXX, agência nº XXXXX, conta corrente nº XXXXX, mediante a entrega da Prestação de Contas pela CONTRATADA e sua aprovação, de acordo com a Cláusula Nona deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Na execução dos serviços de que trata este Contrato, assumem as partes as seguintes obrigações:

3.1. CONTRATANTE:

- **a)** Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratuais;
- **b)** Efetuar o pagamento referente à prestação dos serviços, conforme estipulado na Cláusula Segunda.
- c) Prorrogar "ex-ofício" a vigência do presente Termo, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

3.2. CONTRATADA:

- a) Responder pelo pagamento de todo e qualquer encargo referente aos executores dos serviços;
- **b)** Arcar com as despesas resultantes de danos materiais e/ou pessoais e quaisquer outras deste contrato;
- c) Na execução do objeto, devera a CONTRATADA realizar o pagamento prévio dos direitos autorais e artísticos, perante os órgãos competentes (ECAD; SINDIMUPE; e Ordem dos Músicos);
- d) Apresentar encaminhamento de mídia espontânea que comprove de forma inequívoca a realização do evento, no momento da prestação de contas, ex: cópia do jornal, panfleto, banner, cartazes ou outro instrumento que comprove a divulgação do (s) evento(s);
- **e)** Apresentar as devidas comprovações de apresentação artística conforme o Capítulo XIII da Seção II da Resolução nº 04/2015 EMPETUR, sendo:
 - As aplicações das logomarcas deverão atender à legislação restritiva quando em período eleitoral;
 - **II)** A CONTRATADA deverá manter a regularidade da documentação de habilitação e fiscal durante todo o processo seletivo e de vigência contratual.
- f) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas à consecução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

- **4.1.** Será facultado a EMPETUR, a qualquer tempo, fiscalizar a execução das obras e dos serviços acordados/ajustados, através de sua auditoria, emitir parecer e propor a adoção das medidas que julgar cabíveis.
- **4.2.** A execução do Termo será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo a CONTRATADA pelos danos causados a terceiros por suas ações ou omissões na execução do Termo.
- **4.3.** São responsáveis pela execução deste contrato, observadas as disposições contidas no Regulamento de Compras da EMPETUR, atualizada,

a) pela EMPETUR:

Gestor: MATTHEUS ALVES DE CARVALHO BELFORT - Matrícula nº. 782-0;

Fiscal: JOSÉ OSCAR DE ALMEIDA LIMA - Matrícula nº. 8003-9.

b) pela CONTRATADA:

NOME - XXXXX, CPF no.XXXXXX, RG no XXXXXXSDS/PE.





CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros decorrentes deste Contrato serão atendidos à conta dos serviços específicos consignados no Orçamento do Estado para o exercício financeiro de 2018, conforme classificação a seguir:

Programa de Trabalho	Fonte	Natureza de Despesa	Empenho		
XXX	XXX	XXXXX	Número	Data	Valor
			XXXXX	XXXXX	R\$ XXXXX

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até XX de XXXXX de 2019.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA LICITAÇÃO

INEXIGÍVEL processo licitatório, conforme as disposições do art. 30, I, da Lei nº 13.303/2016 e Processo Licitatório nº XXX/2019 – Inexigibilidade nº XXX/2019.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

Conforme o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada, o presente instrumento de contrato será publicado no Diário Oficial do Estado, na forma de extrato.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para a devida execução deste contrato, fica a CONTRATADA, condicionada à prestação de contas do valor total, bem como apresentar as seguintes documentações:

- a) Ofício de Encaminhamento da Prestação de Contas, relacionando os documentos encaminhados, dentro do prazo previsto no art. 72 da Resolução 04, atualizada;
- b) Encaminhamento de mídia com a filmagem, em plano aberto e fechado, que deverão registrar, no mínimo, 30 (trinta) minutos, duração necessária e suficiente a fim de comprovar a realização do evento ou da atração artística, as contrapartidas, o local e a data da realização do evento, conforme projeto;
- c) Encaminhamento dos registros fotográficos, em plano aberto e fechado, que deverão comprovar a realização e caracterização do evento, a contrapartida, a comprovação qualitativa e quantitativa das obrigações, sendo vedada a utilização de imagens da mídia da filmagem;
- d) Notas Fiscais;
- e) Declaração da alíquota do ISS (quando optante pelo Simples Nacional);
- f) Cópia do jornal, panfleto, banner, cartazes, ou outro instrumento que comprovem a divulgação dos eventos;
- **g)** Documento da Polícia Militar, Polícia Civil e/ou Corpo de Bombeiros atestando a realização dos eventos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O descumprimento de quaisquer das condições para recebimento do apoio, poderá ensejar no cancelamento parcial ou total do apoio concedido pela EMPETUR, conforme orientações constantes na Resolução 04, atualizada.





PARÁGRAFO SEGUNDO – Para efetivação da Prestação de Contas a contratada deverá apresentar a documentação necessária no prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia da realização do evento. A não apresentação da referida prestação caracterizará omissão do dever em prestar contas, ocorrendo a rescisão contratual, conforme o § 3º do art. 84 da Resolução 04, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

- **10.1.** As penalidades administrativas aplicáveis à CONTRATADA, por inadimplência, estão previstas nos artigos 83 e 84 da Lei nº. 13.303/2016;
- **10.2.** Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou pelo descumprimento dos prazos e demais obrigações assumidas, a Administração da EMPETUR garantirá a prévia defesa, visando aplicar à CONTRATADA as sanções a seguir relacionadas:
- I Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, no caso de <u>inexecução total do</u> <u>contrato</u>, por culpa da CONTRATADA, ou seja, além de não receber o pagamento, deverá recolher o percentual acima aos cofres da CONTRATANTE;
- II Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações estipuladas neste instrumento, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher à **CONTRATANTE** importância equivalente a 10% (dez por cento), descontado do valor pactuado neste instrumento, devidamente corrigido pelo **IGPM (FGV)**, a título de multa, além de perdas e danos, se cabível, reconhecendo-o as partes, em caráter irrevogável e irretratável, como título executivo extrajudicial, líquido, certo e exigível, na forma prevista no artigo 784, do Código de Processo Civil vigente.
- III Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por até 2 (dois) anos;
- IV Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93;
- V A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Empetur ou com a Administração Pública, poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados:
- VI A CONTRATADA terá um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para efetuar a defesa de qualquer das penalidades elencadas acima que será encaminhada a autoridade competente a quem caberá à decisão de manter ou não a penalidade imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESISTÊNCIA OU RESCISÃO

A CONTRATADA que desistir da execução do objeto contratado ou que descumprir quaisquer das obrigações estabelecidas, ficará sujeita às sanções previstas na Lei Federal nº 13.303/16 e Regulamento de Compras da EMPETUR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A inexecução total ou parcial do contrato, além da aplicação das penalidades cabíveis, enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas na Lei Federal nº 13.303/2016, no Regulamento de Compras da EMPETUR, constituindo motivo para rescisão unilateral deste contrato, as seguintes hipóteses:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- c) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.





PARÁGRAFO SEGUNDO – Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, devendo ser observado o disposto no Decreto Estadual nº 42.191/2015;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

É terminantemente proibida a veiculação de propaganda política ou promoção pessoal durante a apresentação prevista no objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas, decorrentes ou inerentes do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Olinda, Pernambuco, independentemente de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se configure.

E por estarem, assim, justas e acordadas, assinam o presente em 03 (três) vias, de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram e estiveram presentes.

Olinda, XX de XXXXX de 2019.

P/ CONTRATANTE:

CIRO JOSÉ COUCEIRO PINTO
Vice-Presidente Executivo

FELIPE CARVALHO GOMES DA SILVA
Diretor Administrativo Financeiro

MATTHEUS ALVES DE CARVALHO BELFORT Gestor

P/ CONTRATADA:

TECTEMI INILIAC:

IESTEWONHAS.	
1 - Nome:	2 - Nome:
Assinatura:	Assinatura:
CPF:	CPF: